



SOCIEDADE, MULHER E PROFISSÃO

SOCIETY, WOMAN AND PROFESSION

Rutineia Oliveira Carvalho

Doutoranda em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Docente do Curso de Secretariado Executivo pela Universidade Federal de Roraima UFRR.

E-mail: ruthcarvalho@gmail.com

Data de recebimento do artigo: 11/04/2015

Data de aceite do artigo: 24/02/2016

RESUMO

Este artigo de revisão se propõe efetuar uma abordagem acerca da trajetória da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e a sua relação com a profissão de Secretariado Executivo, por estarem intimamente associadas, mulher e a respectiva profissão. As mulheres colecionam na sua história luta pelo pleno exercício da cidadania (direitos de igualdade entre os gêneros) e o recorrente desafio de articular trabalho remunerado e responsabilidades domésticas e familiares. São elementos incorporados na cultura, e considerando que as organizações empresariais refletem os valores, a cultura e os paradigmas de uma determinada sociedade, busca-se analisar como esses efeitos se projetam sobre as secretárias executivas. Dessa forma, a questão consiste em saber quais seriam as implicações desse contexto na profissão de Secretariado Executivo na atualidade. O objetivo fundamental é pensar como as transformações sociais, políticas e econômicas do contexto brasileiro afetaram a mulher em relação a mercado de trabalho, arranjos familiares, maternidade e a sua formação profissional, numa perspectiva metodológica histórica e causal-comparativa, tendo em vista indicar as tendências e os desafios para as secretárias executivas. Concluiu-se que é tendência as concentrações femininas em determinadas áreas profissionais, que as escolhas refletem uma clara separação entre os gêneros; que as mulheres escolarizadas tendem a reduzir o número de filhos ou postergar a maternidade para depois da carreira profissional; que ainda recaem sobre as mulheres a maior carga do trabalho doméstico e familiar; e que essa dupla jornada implica para as mulheres secretárias em desafios quanto à ascensão profissional ou de competitividade no mercado de trabalho.

Palavras-chave: trajetória da mulher; secretária executiva; mercado de trabalho, sociedade.

ABSTRACT

This review article intends to perform an approach about the woman's trajectory in society, in the labor market and its relationship with the Executive Secretary profession because they are closely associated, women and their profession. Women collect in its history struggle for full citizenship (rights of gender equality) and the recurring challenge of articulating paid and domestic work and family responsibilities. Elements are embedded in the culture, and considering that business organizations reflect the values, culture and paradigms of a given society; we seek to analyze how these effects are projected on the executive secretaries. Thus, the question 'what are the implications of this context in the Executive Secretariat profession today' arises. The fundamental objective is to think how Brazilian social, political and economic context affected the woman when related to the labor market, family arrangements, maternity and their vocational training, a historical and causal-comparative methodological perspective, in order to indicate trends and challenges for the Executive Secretaries. It was concluded that the trend is women's concentration in certain professional areas. The choices reflect a clear separation between genders; that educated women tend to reduce the number of children or postpone motherhood until after the professional career; and it still falls on women the greatest burden of domestic work and family. This double shift implies challenges such as professional advancement or competitiveness in the labor market for women secretaries.

Keywords: woman's trajectory in society; executive secretary; labor market; society.

Introdução

É evidente nas publicações da área secretarial a latente preocupação com a eficiência, a eficácia, competências, produtividade, métodos, técnicas e discussões voltados para a excelência profissional. Não se descarta a relevância da discussão dessas temáticas; entretanto, na academia as conexões entre os saberes são mais abrangentes e ao se tratar de sujeitos sociais o universo se torna infinito diante das possibilidades de estudo. Por essa razão neste artigo de revisão a proposta é efetuar uma abordagem acerca da condição da mulher (e sua evolução) na sociedade, no mercado de trabalho, nas empresas e a sua relação com a profissão de Secretariado Executivo.

A essência da profissão de secretariado está intimamente associada à figura social da mulher. Nas suas práticas, na exigência do mercado de trabalho e na identidade profissional observam-se referências voltadas para o universo feminino. Fato que ocorre também em outras áreas como na pedagogia, no serviço social, na enfermagem, por exemplo. Os traços femininos são marcantes e contribuem para a restrição masculina nas respectivas áreas. Por outro lado, há áreas, como a maior parte das engenharias, que ocorre um processo contrário, ou seja, há restrição da atuação das mulheres.

Existe uma necessidade de um olhar mais amplo sobre as mulheres que exercem trabalho produtivo e a sua relação com a sociedade e com as empresas. Daí decorrem, pois, vínculos que possibilitam a compreensão dos processos que ocorrem nas organizações. Almeida e Piccinini (2011) destacam que as mudanças que ocorrem na sociedade têm reflexos no interior das organizações; assim, valores, comportamentos e regras, difusão de práticas democráticas ou autoritárias, marcos regulatórios, grau de institucionalização dos conflitos, desigualdade, estratificação social entre outros são algumas das questões ligadas às formas como as sociedades se organizam e se traduzem nas organizações.

Nesse sentido, compreende-se que as organizações empresariais refletem os valores, a cultura e os paradigmas de uma determinada sociedade, que o reduto da atuação profissional do Secretariado Executivo são essas organizações, que a referida profissão é composta eminentemente por mulheres, e que as mulheres detêm uma história que perpassa principalmente por condição de submissão e inferioridade aos homens, luta pelo pleno exercício da cidadania (que consiste em igualdade de ingresso no mercado de trabalho, de acesso ao ensino superior, de ocupação de cargos de comando, de participação política) e o recorrente desafio de articular trabalho remunerado e responsabilidades domésticas e familiares. Na prática, quais seriam as implicações desse contexto na profissão de Secretariado Executivo na atualidade?

Para responder a essa indagação é objetivo fundamental refletir como as transformações sociais, políticas e econômicas do contexto brasileiro afetaram a mulher em relação a mercado de trabalho, arranjos familiares, maternidade e a sua formação profissional, numa perspectiva metodológica histórica e causal-comparativa, tendo em vista indicar as tendências e os desafios para as secretárias executivas.

Este artigo é estruturado em partes que contemplam a influência do contexto francês e norte-americano quanto ao condicionamento das áreas de escolarização feminina e a consequente atuação nos serviços de escritório, assim como as transformações sociais no contexto brasileiro acerca do papel da mulher. Seguido do desvelamento da idealização das concepções acerca dos gêneros e suas respectivas atribuições, das transformações do cenário atual, as implicações da maternidade na atuação profissional da mulher, a concentração feminina em determinadas áreas educacionais e do mercado de trabalho. Encerra-se com as análises e discussões acerca da temática.

Mulher e Sociedade

A história revela que as mulheres eram associadas ao universo privado, do lar, dos afazeres domésticos e dos cuidados com a família. Enquanto aos homens era reservado o espaço público, a política, o provimento do lar. Tais características refletiram em todos os segmentos da sociedade (social, econômico e político). São valores, modos de pensar, enfim diversos tipos de referências que existem desde o nascimento dos indivíduos e que servem de parâmetros para a sua aprendizagem, Berger e Luckman (2009) denominam esse processo pelo qual ocorre essa reprodução de socialização primária.

A concepção da ligação intrínseca entre as mulheres e a esfera privada têm passado por transformações. Thébaud (1993) relata que a Primeira Guerra Mundial foi um marco relevante para a emancipação das mulheres. Na França foi o período que mais se alcançaram conquistas, pois lhes proporcionou novas responsabilidades e novos ofícios.

A França era o país de grande atividade feminina, antes de 1914, e foi onde a mobilização das mulheres teve um caráter mais empírico. Eram elas que mais buscavam nas empresas colocação no mercado de trabalho – era mais frequente em casas de comércio, bancos e companhias de transporte e em determinadas administrações. Esse processo era raro na indústria. (Thébaud, 1993)

A autora relata que havia os escritórios de recrutamento de trabalhadoras tanto em Paris quanto nas províncias, estes recebiam trabalhadoras de todos os cantos, atraídas por altos salários ou

em busca de qualquer emprego. No começo de 1918 seu número chegou a 400.000, equivalente a um terço da região parisiense. Fenômeno que se estabelece como verdadeiro símbolos de mobilização feminina naquele país. Período que também ocorria a penetração das mulheres em setores tradicionalmente masculinos.

Nos Estados Unidos por volta de 1920, as meninas eram incentivadas (sob pressão das normas escolares) à formação para trabalhos de escritório. Nesse período (déc. 1920-1930) chegou a atingir 50% a 60% das adolescentes. Conseqüentemente, elas se concentraram no mercado de trabalho nas áreas de escritório, gestão de empresas, vendas e profissões liberais. O emprego das mulheres no setor de escritório ocorreu mais rapidamente do que em outras áreas ocupacionais (Cott, 1993).

Thébaud (1993) relata que a força do conservadorismo francês em matéria de regras sexuais, considerava que a guerra não havia feito outra coisa senão consolidar o modelo feminino de “madre-ama” de casa. Os historiadores dos anos de 1980 também negam a tese que sustenta o caráter emancipador da guerra e mostram uma releitura crítica das fontes, meramente superficial das mudanças, colocando a guerra como um parênteses antes do retorno da normalidade. A autora ressalta que a guerra teria bloqueado o movimento de emancipação das mulheres, pois no começo do século XX já se esboçava por toda a Europa e idealizava-se uma nova mulher econômica e sexualmente independente, assim como um poderoso movimento feminista igualitarista e imaginativo.

No Brasil, as mudanças no cenário social, com relação às mulheres – principalmente aquelas do meio urbano - tomaram força com o movimento feminista, com a sua eclosão, por volta de 1970 (logo em 1975 a ONU declara o ano internacional da mulher sob o impacto do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo o debate no cenário internacional). O feminismo militante no Brasil surgiu como consequência de resistência das mulheres à ditadura militar (1960), e dava visibilidade à questão da mulher. Contestavam-se as relações de poder do mundo naturalizado entre homens e mulheres, em todos os âmbitos da sociedade, e articulavam-se as relações de gênero à estrutura de classe (Sarti, 2004).

O movimento feminista brasileiro nasceu nas camadas médias e era chamado “movimento de mulheres”, expandiu-se através de uma articulação com as camadas mais populares e suas organizações de bairro. E organizou-se em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica, pois tinha como parâmetro o mundo cotidiano de reprodução – a família, a localidade e suas condições de vida – que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher. Os grupos

feministas tornaram as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.

Houve duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres por volta de 1970. A primeira voltava-se à organização política, principalmente do trabalho, ao direito à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos (atuação pública das mulheres). E a segunda estava ligada à subjetividade com as relações interpessoais com foco no mundo privado (lar, tarefas domésticas, família).

Em 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política consolidada, evidenciava as relações de gênero no discurso das feministas. Houve significativa penetração do movimento em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. Muitos grupos de mulheres voltaram-se para a constituição de Organizações não Governamentais-ONGs e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas utilizando os canais institucionais. Enquanto outras voltaram-se à pesquisa acadêmica.

Gênero: uma construção social

Unindo-se aos objetivos desse movimento feminista, diversos estudos passaram a resgatar a figura da mulher como sujeito ativo da história e apontar possíveis razões pelas quais as mulheres eram colocadas na condição de subordinadas aos homens. Na década de 1980, ressaltavam-se as contribuições da historiadora norte-americana Joan Scott que apontava na história abordagens que separavam homens (história política e econômica) e mulheres (voltadas ao sexo e à família) em domínios distintos. Scott (1995) relatou que isso engessava a atuação da mulher e tornava invisível a sua participação como sujeito efetivo da histórica.

Em uma perspectiva mais abrangente sobre “gênero”, Scott (1995) destacava que o conhecimento sobre mulheres também implicava conhecimento sobre homens, e que ambos eram constituintes das relações sociais. Portanto, não admitia a possibilidade de análise separada das esferas masculina e feminina, bem como qualquer explicação de ordem biológica para justificar qualquer forma de subordinação feminina.

Pedro (2005) comenta que a motivação em comum para teorizar sobre “gênero” que Joan Scott, o movimento feminista e as historiadoras feministas tinham, referia-se a “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres”. Logo, pretendia-se propor uma análise sobre a formação das hierarquias de gênero e a forma que eram legitimadas, contestadas e mantidas. Por

outro lado Scott (1995) lembrava que gênero não refletia ou implementava diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas um saber que estabelecia significados para as diferenças corporais (um tipo de “construção cultural”) e tomava o respectivo termo (gênero) como “a organização social da diferença sexual”.

Scott (1995) ressaltava que dentre as várias abordagens efetuadas até aquele momento, gênero não tinha sido tratado como sistema de relações sociais. Nessa perspectiva situou gênero como elemento constitutivo dessas relações, baseado nas diferenças sexuais, e como forma primária de dar significado às relações de poder. Quanto ao sentido de poder, a autora relata que isso implicava representações simbólicas, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos que definem as formas de masculino e feminino.

Havia a necessidade de descobrir de fato a natureza da repressão rompendo com essa visão binária (masculino/feminino) e as identidades subjetivas. Era dessa forma que se estabeleciam conceitos de gênero que estruturariam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, influenciando o acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, portanto, implicando a concepção e construção do próprio poder (Scott, 1995).

Fatores culturais derivados do patriarcalismo naturalizaram na sociedade concepções acerca do homem e da mulher e os situou numa condição oposta e não complementar, que se caracterizou como forte/fraco, racional/emotivo, superior/inferior, público/privado. Um simbolismo que associado ao “masculino” e “feminino” influenciou o acesso desigual aos bens materiais e ao poder.

Enfim, os relatos demonstram o movimento das mulheres para além das esferas privadas, ao tempo que eram questionadas quanto ao matrimônio e as demais responsabilidades familiares. Por outro lado, fatos sociais de natureza política e econômica deram suporte à emancipação feminina, como foi o caso da Primeira Guerra. E por meio de pesquisas acadêmicas colocou-se em evidência o significado de gênero para a sociedade. Um cenário que forneceu subsídios para que se estruturasse o perfil da mulher do século XXI, especialmente acerca da atuação e dos direitos na esfera do trabalho, cujos resquícios são notados na escolha dos cursos universitários, na predominância masculina nos cargos mais elevados da hierarquia das empresas, mulheres com elevada qualificação em cargos cujos salários são incompatíveis ao seu nível.

O contexto atual

Ao final do século XX, Castells (1999) relata que a base familiar patriarcal passou a ser contestada pelos processos de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. O autor atribui esses acontecimentos à transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação; as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando maior controle sobre a gravidez e a reprodução humana; às transformações econômicas e tecnológicas, que proporcionaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho e desestabilizando os homens como provedores da família, levando o patriarcalismo à sua decadência; a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada.

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado implicou a segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveitou de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros, e também no acúmulo de tarefas, pois além das jornadas diárias do trabalho remunerado, havia a organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido, relata Castells (1999).

O autor evidencia os verdadeiros fatores verificados na contratação da mão de obra feminina e aponta para a possibilidade de pagar menos pelo mesmo trabalho. Com a expansão universal do nível de instrução, inclusive educação superior principalmente nos países mais desenvolvidos, as mulheres passaram a constituir uma fonte de habilidades imediatamente explorada pelos empregadores. A diferença dos salários percebidos pelas mulheres em relação aos homens persiste no mundo inteiro embora, na maioria dos países mais avançados, a diferença no perfil ocupacional seja menor, Castells (1999).

Aponta ainda para maior taxa de crescimento de cada tipo de serviço em relação à taxa total de trabalho feminino remunerado no período de 1973 a 1993; notar-se-á aumento acentuado no número de empregos na área de negócios, seguido, a certa distância, de empregos no setor de serviços sociais e pessoais. De modo geral, as categorias profissionais liberais/técnicas e administrativas/gerenciais evoluíram mais rapidamente do que outras, embora o maior entre os grupos de mulheres inseridas no mercado de trabalho ainda seja o de funcionárias de escritório (Castells, 1999).

É importante ressaltar que, na maioria dos casos, não se pode dizer que as mulheres não tenham suas qualificações reconhecidas, ou que estejam fadadas a realizar tarefas menos

especializada, ao contrário, estão sendo cada vez mais promovidas a cargos multifuncionais que requerem iniciativa e bom nível de instrução, uma vez que as novas tecnologias exigem uma força de trabalho dotada de autonomia, capaz de adaptar-se e reprogramar suas próprias tarefas. (Castells, 1999).

Nesse perfil destaca-se o profissional de Secretariado Executivo, conforme os estudos de Martins, Terra, Macari e Vicente (2010). Ao analisarem a formação do profissional em Secretariado Executivo no mercado globalizado, especificamente acerca do trabalho feminino e demais implicações, ressaltaram que este profissional já é reconhecido pela empresa e pelos executivos quanto ao apoio em todos os seus campos, de maneira planejada e organizada, além de atuar em conjunto, nos assuntos estratégicos e de gestão da organização.

Maternidade e trabalho feminino

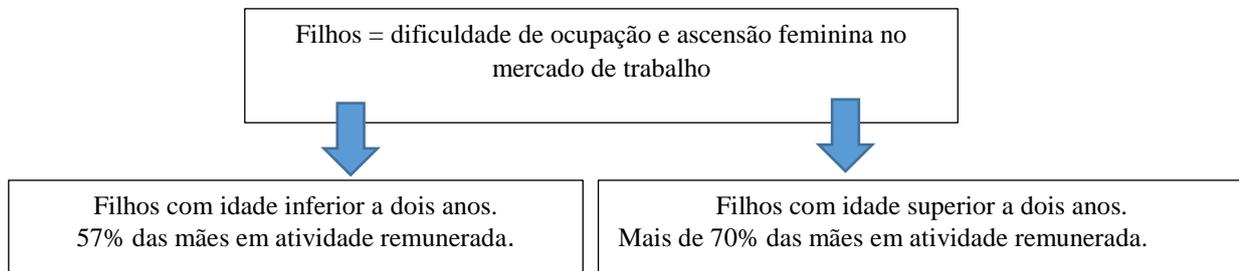
Bruschini e Lombardi (2001) relatam que em razão das transformações nos padrões culturais e sociais da mulher, foi intensificada a sua inserção no trabalho produtivo, que a induziu à redução na taxa de fecundidade, de 5,8 filhos em 1970 para 2,3 filhos em 1999, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país. Além do fato de se tornar chefe de família e provedora do lar. Entretanto, há fatores que ainda colocam as mulheres trabalhadoras em desvantagens no mercado de trabalho e como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga.

Bruschini, Lombardi, Mercado e Ricoldi (2011) comentaram que a maternidade tem sido um dos fatores de maior interferência no trabalho feminino. Os filhos pequenos continuam sendo um dos fatores que mais dificulta a ocupação feminina no mercado de trabalho. Ressaltaram que, em 2009, a taxa de mães em atividades remuneradas com filhos com idade inferior a dois anos chegava a 57% enquanto que mulheres com filhos com mais idade era superior a 70%, sendo a mais alta taxa, de 74%, a das mães de crianças com idade de 7 a 14 anos, Figura n. 1 – faixa etária na qual, supostamente, estariam sendo ajudadas pela escola no cuidado com os filhos.

Nesse sentido, destaca-se que a maternidade também pode caracterizar-se como um desafio para as mulheres que atuam como secretárias executivas, provavelmente seria um dos fatores limitadores da ascensão profissional, por implicar ausências no período da licença maternidade e na busca de horários flexíveis. Apesar de elevada formação profissional, a condição primária de ser

mulher se mantém inalterada e caracteriza-se como um fator relevante que as desafiam em determinados momentos de suas vidas.

Figura n. 1



Nesse aspecto conclui-se que as condições diferenciadas na contratação da força de trabalho da mulher e o acúmulo, por força da tradição das tarefas femininas, domésticas e sociais típicas do sistema patriarcal e a questão da maternidade, constituem fatores que afetam as mulheres secretárias executivas. E leva a inferir que a competitividade no mercado de trabalho, seja para ingressar em algum cargo ou para ascender profissionalmente, não ventila na perspectiva da neutralidade e da igualdade ou são baseados somente na meritocracia.

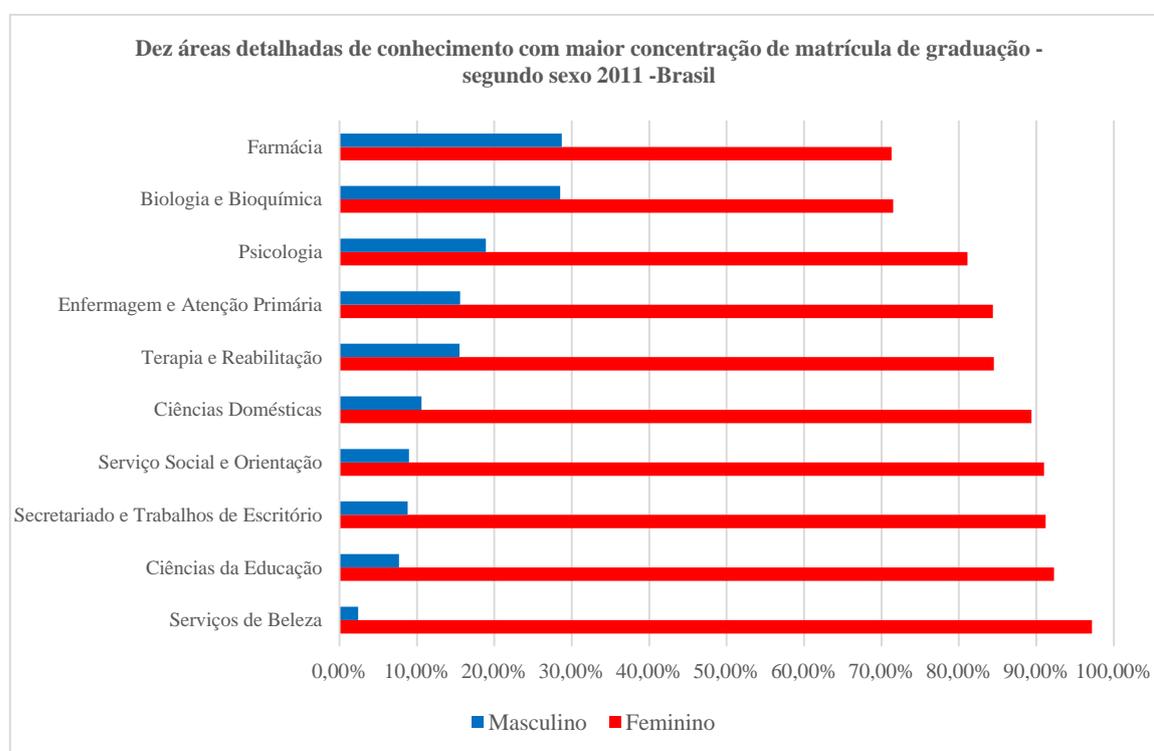
Educação e mercado de trabalho

Bruschini, Lombardi, Mercado e Ricoldi (2011) analisaram, no período de 2002 a 2009, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e apontaram que houve ingresso expressivo em universidades, acesso a carreiras que antes eram ocupadas apenas pelos homens e a ocupação de postos de gerência e diretoria por parte das trabalhadoras mais escolarizadas.

Como exemplos desse progresso, algumas profissões, antes de domínio masculino, estão muito próximas da equidade de gênero, numericamente falando. Segundo os dados de 2009, as mulheres representavam 41,7% dos empregos formais para médicos, 50% para advogados, 47% dos empregos para procuradores e advogados públicos, 37% dos postos de magistrados, 41% dos membros do ministério público e 56% dos empregos formais para arquitetos. A engenharia, como outras profissões da área tecnológica e científica, tem sido menos permeável à presença das mulheres que, naquele ano, representaram 16% dos empregos formais para engenheiros no país (Bruschini, Lombardi, Mercado & Ricoldi, 2011)

Por outro lado, há áreas (cursos de nível superior) que ainda concentram elevados contingentes de mulheres, conforme demonstra as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-Inep (2011), ilustrada no gráfico n° 1, que apontam a concentração feminina em 10 principais áreas: “Serviços de Beleza” (com 97,2% de matrículas femininas), “Ciências da Educação” (92,3%), “Secretariado e Trabalhos de Escritório” (91,2%), “Serviço Social e Orientação” (91,0%), “Ciências Domésticas” (89,4%), “Terapia e Reabilitação” (84,5%), “Enfermagem e Atenção Primária (Assistência Básica)” (84,4%), “Psicologia” (81,1%), “Biologia e Bioquímica” (71,5%), além de “Farmácia” (71,3%). Esse quadro provavelmente refletirá no mercado de trabalho e reforçará o paradigma das profissões femininas.

Gráfico n.1 – Áreas de maior concentração feminina no ensino superior (2011)



Fonte: IneP-2011 (gráfico adaptado para este estudo).

Apesar dos avanços destacados por Bruschini, Lombardi, Mercado e Ricoldi (2011) quanto aos quantitativos quase iguais de ocupações, que antes era de predominância masculina, as estatísticas do ensino superior apontam para a existência de “guetos” femininos consolidados nos cursos. Eles irão refletir posteriormente no mercado de trabalho e continuarão engessando áreas de atuação feminina: é o caso do Secretariado.

Quanto à empregabilidade, segundo o levantamento do Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres da Fundação Carlos Chagas (s/d), a parcela de mulheres que conseguiu um emprego com contrato formal de trabalho no ano de 2007 foram: na Administração Pública (59%), nos Serviços, particularmente em Serviços médicos, odontológicos e veterinários (75%) e no Ensino (61%).

A dedicação das mulheres à vida profissional tem resultado na ocupação de cargos de comando, particularmente aqueles de nível médio e os situados na base da pirâmide hierárquica. A ascensão feminina para os altos escalões costuma depender do setor ou da atividade econômica da empresa e da natureza jurídica dessa instituição (pública ou privada). Entre os diretores gerais tende a ser menor, no setor privado, na indústria (25,8%), na construção (12,2%) e nos transportes (14,8%). Por outro lado, no setor de serviços, 38% dos diretores eram mulheres em 2009, particularmente concentradas nas atividades de educação (53%), saúde e serviços pessoais (51%), alojamento e alimentação (43,5%). (Bruschini, Lombardi, Mercado & Ricoldi, 2011).

As autoras comentam ainda que a administração pública sempre foi um espaço mais propício à ascensão profissional das mulheres, em virtude das regras mais claras e objetivas que orientam as promoções. Como resultado, essa atividade ostenta o maior percentual de mulheres diretoras (56%).

Quanto à Administração Pública ser um espaço mais propício à ascensão profissional das mulheres, Abreu e Meireles (2012) apresentam ressalvas. Relatam que apesar de o acesso aos cargos do serviço público serem igualitários porque é feito principalmente por meio de concursos públicos, os obstáculos para as mulheres na ascensão profissional para o alto escalão também se fazem presente.

As referidas autoras discutiram os dados obtidos a partir de uma pesquisa realizada entre os servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em todos os ministérios, em relação aos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) – os cargos DAS vão de 1 a 6, sendo 6 o de maior poder de decisão, correspondendo aos cargos de secretários nacionais dos respectivos ministérios e presidentes de autarquias e fundações – e constataram que a desigualdade de gênero se tornava mais significativa a partir do DAS 4, ou seja, à medida que se aproximasse do topo da hierarquia, menor se tornava o número de mulheres nos cargos. Abreu e Meireles (2012) destacaram que, no período de 2011, os cargos mais elevados tinham a seguinte ocupação por mulheres: DAS 4 (37,20%); DAS 5 (27,20%); DAS 6 (23%).

Relataram que as posições mais altas na administração pública (DAS) requerem mais atenção na sua análise por se tratar de um campo híbrido, que diz respeito tanto ao mercado de trabalho, na medida em que as funções na administração pública fazem parte das escolhas profissionais de cada pessoa, e ao mesmo tempo no campo político, na medida em que a ocupação desses cargos, especialmente os mais altos que são os “DAS 5 e 6” são de livre provimento do titular do órgão em que estão situados. Portanto, abre possibilidades de compreensão das desigualdades entre homens e mulheres tanto no mercado de trabalho quanto no campo político. Logo, aspectos intrínsecos da cultura organizacional da administração pública se traduzem em significados reais refletindo nas díspares diferenças entre homens e mulheres nos cargos mais elevados da hierarquia.

O cenário destacado traz uma leitura para as profissionais secretárias executivas que almejam ascender para cargos de comando. As tendências voltam-se para áreas como educação, saúde, serviço social e alimentação que agregam elevado número de mulheres em postos de diretoras. Ressalta-se que, a exemplo dos estudos de Abreu e Meirelles (2012), mesmo na esfera pública, que agrega o maior número de mulheres trabalhadoras, os altos escalões ainda se mostram uma área bastante restrita às mulheres.

Metodologia

A natureza exploratória deste estudo dentro da área secretarial, objetiva o desenvolvimento de uma investigação-ação, com vistas a apontar elementos históricos, empíricos e científicos que contribuam para a análise dos sujeitos e do contexto no qual a profissão de secretariado está inserida. Por ser uma área que mobiliza uma força de trabalho composta por um grande contingente feminino, e considerando que as mulheres detêm uma trajetória histórica marcada por fatos relevantes, que podem ser considerados não superados plenamente, mas que caracterizam um movimento dialético entre a tradição e a contemporaneidade, optou-se pelos métodos histórico e causal-comparativo.

Buscou-se relacionar estudos acerca da mulher como a trajetória social da mulher, os estudos e as tendências acerca da sua colocação no mercado de trabalho, a conciliação das responsabilidades domésticas e familiares com o trabalho remunerado, e a profissão de Secretariado Executivo, com o objetivo de apontar aspectos práticos e reais de interferência na carreira dessas profissionais, que se constituem em desafios e tendências.

Este artigo desenvolveu-se apoiado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, pois além de basear-se em estudos desenvolvidos e publicados por pesquisadores renomados e reconhecidos pela comunidade científica, voltados às questões econômicas e sociais com ênfase na atuação da mulher na esfera produtiva, utilizaram-se também de documentos como relatórios técnicos do Inep/MEC (2011) para demonstrar, em caráter estatístico, a concentração de mulheres em áreas acadêmicas específicas. Logo, não contempla uma pesquisa de campo, por julgar não ser adequada a esta proposta.

Parte-se da perspectiva do silogismo ou argumento dedutivo tomando as premissas que englobam as transformações ocorridas na sociedade de forma geral, inicialmente, e posteriormente voltando-se para o cenário brasileiro, quanto ao desenvolvimento da força de trabalho feminina e os fatores que contribuíram que estas assumissem um novo perfil frente a mercado de trabalho. E como essas mudanças refletiram ou refletem nos sujeitos da profissão de Secretariado Executivo. Oportunamente, possibilitando visualizar as tendências e os desafios que envolvem essas profissionais.

Para Richardson (2008), a abordagem qualitativa justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social e que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Concordando com o autor acrescenta-se que embora não se sejam adotados métodos estatísticos como elemento fundamental para esta análise, dados quantificáveis e estatísticos estarão presentes em determinados momentos com vistas a proporcionar uma compreensão mais próxima da realidade. Portanto, convém afirmar que este estudo se desenvolveu utilizando-se dos métodos qualitativos e quantitativos.

Respaldando esta análise reuniram-se estudos da área sociológica, das discussões de gênero, assim como dados estatísticos da educação superior, referentes à empregabilidade no mercado de trabalho e dados resultantes de pesquisas empíricas acerca da ocupação de cargos. Para melhor compreensão, este estudo foi estruturado em três partes.

Na primeira parte destacam-se relatos acerca das transformações do papel social da mulher, com vistas a romper com a ideologia que as confinava ao espaço privado, buscando a participação no espaço público, que era exclusividade masculina. Momento em que foi colocado em evidência questionamentos sobre o significado social de “gênero”, bem como, a forma que era construído, ressaltando a desnaturalização com o qual era concebido. E posteriormente os reflexos do ingresso das mulheres no mercado de trabalho sobre a vida familiar.

Na segunda, a apresentação de um quadro geral com dados próximo à atualidade na relação mulher e os arranjos familiares, da presença da mulher em cursos de nível superior, nos setores do mercado de trabalho e a atuação em cargos de comando.

Por fim, a discussão sobre o que foi apresentado destacando a evolução da atuação feminina na sociedade, resistência que perduram, e como são refletidos em tendências e desafios para as secretárias executivas.

Análise e Discussão

Os acontecimentos decorrentes da Primeira Guerra Mundial impulsionaram as transformações acerca do papel social das mulheres, fez com que saíssem da esfera privada e passassem a atuar na esfera pública (mercado de trabalho). Além de proporcionar a ruptura de vários paradigmas naturalizados acerca da figura feminina. Vale ressaltar que o respectivo movimento ocorria na Europa, enquanto no Brasil, com a decadência do sistema patriarcal, os homens perdiam seu poder político e econômico e as mulheres passavam a ingressar no mercado de trabalho e a contribuir com o provimento da família, mantendo-os como chefe da família por força da tradição.

Posteriormente as mulheres ingressaram nas universidades, mas isso não eliminou o distanciamento entre homens e mulheres. Aliás, o Gráfico 1 demonstra em dados recentes as concentrações femininas em determinadas áreas, significa dizer que ainda há uma clara separação entre os gêneros na educação superior, na escolha das profissões, no mercado de trabalho, na ocupação de cargos de comando entre outros segmentos. Um fenômeno que não pode ser atribuído exclusivamente aos fatores culturais, mas também não se descarta seu poder de influência.

No contexto atual, as mulheres assumiram a posição de trabalhadoras produtivas e tendem a optar por reduzir o número de filhos ou postergar a maternidade para depois da carreira profissional. No caso de mulheres que já constituíram famílias, estas não se desvincularam das tarefas domésticas, isto é, as responsabilidades do lar continuaram sobre seus ombros, tendo de cumprir uma dupla jornada (profissional e do lar) – constata-se alguma participação masculina nos serviços domésticos, porém de forma pouco expressiva. Por outro lado, aquelas com maior poder aquisitivo tendem a “terceirizar” os serviços domésticos, porém, os mantêm sob sua responsabilidade.

As implicações dessa dupla jornada para as mulheres secretárias recaem sobre as restrições das possibilidades de ascensão profissional ou de competitividade no mercado de trabalho. E com

relação às acadêmicas, essa jornada tende a se ampliar tendo de contemplar estudos, tarefas domésticas e trabalho remunerado, até porque grande parte se encontra na categoria “estudante-trabalhador”. Razões que podem provocar inúmeras situações como: ausências sucessivas, reprovações, pouca ou nenhuma participação nas atividades acadêmicas e demais programas, ou ainda à desistência do curso.

Para as secretárias executivas, assim como as demais profissionais, é difícil equacionar a ocupação de cargos de comando nas organizações – sabendo-se que é fundamental maior dedicação, atenção e envolvimento com a organização e com a equipe liderada – e as responsabilidades do papel social de esposa e mãe. Nesse contraste, as possibilidades de ascensão feminina, de maiores salários e prestígio ficam comprometidas.

Ressalta-se neste estudo que o sucesso e a maior abertura para atuação profissional não está vinculada somente à formação técnico-acadêmica e à conscientização de que homens e mulheres têm capacidade de desempenhar funções de determinada área. Secretárias e secretários também se configuram como mulheres e homens frente à sociedade e ao mercado de trabalho e isso implica os simbolismos culturais que decorrem daquilo que é feminino e do que é masculino, que se manifestam no cotidiano como atributos naturais dos gêneros.

Essa perspectiva contraria, em parte, a afirmação de Martins, Terra, Macari e Vicente (2010), ao apontar o não receio de assumir novas responsabilidades como aspectos relevantes para o crescimento profissional das secretárias executivas, pois, em diversos casos fatores provenientes da esfera privada (lar, filhos, família) interferem bastante na carreira dessas profissionais e as impedem de assumir novas atribuições, portanto, não dependendo exclusivamente de iniciativas próprias e individuais. Logo, deve-se considerar essa relação de poder como uma variável de influência nas análises que envolvem a colocação desses profissionais no mercado formal.

Diante do exposto, conclui-se que as configurações inerentes à cultura, à socialização e à sua condição biológica influenciarão e poderão até restringir a atuação e as escolhas das profissionais em Secretariado Executivo, inclusive quanto à opção por ocupar cargos de níveis hierárquicos mais elevados. Cenário este que traz impactos para a respectiva profissão, principalmente por ter como característica principal a sua composição majoritária de mulheres.

E propõe-se também rever o posicionamento didático-pedagógico quanto à ênfase ao perfil prático, tecnicista e operacional do profissional de Secretariado Executivo, tendo em vista o delineamento das desigualdades no mundo do trabalho. É importante declinar os perfis de subserviência e meramente tecnicista e passar a ressaltar também aspectos políticos, participativos e

sociais, especialmente quanto à conscientização social de gênero na sociedade brasileira, voltando-se ao pleno exercício da cidadania, ou seja, à igualdade de direitos no tratamento profissional, igualdade salarial e de ascensão nas hierarquias das organizações.

Referências

Abreu, M. A. A. & Meirelles, R. de L. (2012) *Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG)*. Texto para discussão 1797. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea . Recuperado em 10 de fevereiro, 2015, de <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1000/1/TD_1797.pdf >

Almeida, M. L. & Piccinini, V. C. (2011) O surgimento da sociologia e da sociologia aplicada à administração. In: Almeida, M. L. d.; Piccinini, V. C. & Oliveira, S. R. de. (Org.). *Sociologia e Administração: relações sociais nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Berger, P. L. & Luckman, T. (2009) *A construção social da realidade*. (31a ed.). (Fernandes, Floriano de Souza, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Bruschini, C. & Lombardi, M. R. (2001/2002) Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. In: *Cadernos pagu* n.17/18, pp.157-196.

Bruschini, C.; Lombardi, M. R; Mercado, C. M. & Ricoldi, A. (2011) Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: Barsted, L. L. & Pitanguy, J. (Org.) *O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: Onu Mulheres.

Castells, M. (1999) *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Cott, N. F. (1993) Mujer moderna, estilo norteamericano: los años veinte. In: Duby, G.; Perrot, M. (Org.) *Historia de las mujeres en occidente*. (Galmarini, Marco Aurelio, Trad.). Madrid: Santillana, S.A.

Inep - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – Estatística do Ensino Superior (2011). Recuperado em 2 de outubro, 2013, de <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf >

Inep - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa. Censo (1991-2010). Recuperado em 26 de setembro, 2012, de < <http://www.inep.gov.br> >

Martins, C.B; Terra, P. M; Macari, É & Vicente, I. (2010) A formação do profissional em Secretariado Executivo no mercado de trabalho globalizado. *Revista de Gestão e Secretariado*, São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 69-89, jan./jun. Recuperado em 18 de junho, 2015, de <<http://www.revistagesec.org.br/ojs-2.4.5/index.php/secretariado/issue/view/4#>>. Doi: 10.7769/gesec.v1i1.4

Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *História*, São Paulo, vol. 24, n. 1, pp. 77-98.

Richardson, R. J. (2008) *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Sarti, C. A. (2004) O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.12 n.2, Florianópolis May/Aug. 2004. Recuperado em 1º de novembro, 2014, de < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003 >

Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Thébaud, F. (1993) La Primera Guerra Mundial: ¿la era de la mujer o el triunfo de la diferencia sexual? In: Duby, G. & Perrot, M. (Org.) *Historia de las mujeres en occidente*. (Galmarini, Marco Aurelio, Trad.). Madrid: Santillana, S. A.